

RECONHECIMENTO E CARREIRA : UMA ANÁLISE DO “HABITUS” DE DISCENTES DE CURSOS TÉCNICOS DO IFF DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Gabriel Duarte Carvalho

Os conflitos políticos na virada do século não se limitam as discussões por redistribuição material, ao contrário, se ampliam a uma demanda por reconhecimento que se traduz na mobilização de grupos em torno de bandeiras como raça, gênero e sexualidade (FRASER, 2001, p. 245). O fato dessas demandas se darem em um contexto de aprofundamento da crise econômica no centro e na periferia, agravando a condição material das classes mais baixas faz gerar um dilema em torno dessas duas necessidades sociais.

Axel Honneth (2015) busca em Hegel a ideia de que tal reconhecimento é algo que apenas pode ser alcançado satisfazendo três esferas da vida de um indivíduo. O reconhecimento afetivo, correspondente ao padrão do amor, o reconhecimento da ordem legal, ligado ao padrão do direito e o último padrão de reconhecimento, definido como “solidariedade”, que corresponde as necessidades dos indivíduos por estima social, na qual a sociedade reconhecendo as funções e estilo de vida de um indivíduo garantiria a autoestima.

Se analisarmos o padrão de reconhecimento “solidariedade” percebemos que este está relacionado ao valor simbólico dado a cada ocupação na sociedade, gerando uma busca pelo reconhecimento social em função da atividade que exerce. Mesmo que de forma implícita, todo contrato de trabalho traz em si o elemento de estima social ligado a um sistema de valores aceito pela sociedade. Axel Honneth (2015, p. 349) descobre em Parsons que além do caráter instrumental do contrato de trabalho, que trata em linhas gerais da produção do rendimento, o contrato é marcado pela presença de um componente pré-contratual de aspecto moral. Este elemento cria um vínculo de obrigações baseado na satisfação da necessidade de estima social que, dentre outras, cumpre a função de criar o interesse nas ocupações oferecidas pela produção.

Quanto a isso nos diz Honneth que:

Quanto ao segundo complexo institucional, que deve ser calculado no seio da esfera da economia capitalista para dar conta das pendências relacionadas à moral no ambiente social, Parsons o contempla no que chama de papel profissional. Em nossas sociedades, de acordo com sua convicção, entre o cotidiano familiar e a economia de mercado está o elo de mediação de

um processo de socialização que prepara os indivíduos para orientar seu agir por imperativos de capacidade de rendimento econômico, no transcurso desse processo de formação, que se inicia na primeira infância e só termina com a formação profissional, todo sujeito(do sexo masculino) aprende a se apropriar intrinsecamente dos valores que mais tarde prevalecerão no mundo profissional orientado para o rendimento econômico. Assim, nenhum trabalhador, segundo Parsons, intervém na esfera econômica do mercado de modo eticamente indiferente ou mesmo com uma atitude de recusa e encontra-se, em vez disso, tão marcado pela socialização que só pode obter satisfação psíquica e autoestima a partir do cumprimento de suas obrigações profissionais. (2015, p. 350)

O presente artigo analisa as respostas dos estudantes de cursos técnicos de nível médio em relação a escolha da carreira acadêmica e profissional, tendo como perspectiva a problemática em torno do dilema Redistribuição-Reconhecimento. Ao analisar as respostas da pesquisa feita com os alunos do Ensino Médio profissionalizante do Instituto Federal Fluminense a respeito do seu habitus de classe e das suas estratégias acadêmico-profissionais confirmamos a influência que as questões em torno do tema distribuição tem nas questões do reconhecimento e vice-versa.

Ao Final do século XX, novas demandas relacionadas ao ideal de justiça social surgem e se entrelaçam com as velhas pautas perseguidas pelo pensamento crítico no pós-guerra. Os conflitos por uma melhor distribuição de bens materiais sempre foi a tônica da atuação dos governos socialistas ao redor do mundo bem como das intenções progressistas que viam nos conflitos de classe e nas disputas por uma melhor distribuição de bens como trabalho assalariado, educação, saúde e lazer o caminho para se alcançar uma sociedade justa. Nesse contexto, nasce para além dos conflitos de classe, novas discussões acerca das lutas políticas necessárias a sociedade para que se alcance o estado de bem-estar-social. Os conflitos políticos na virada do século não se limitam as discussões por redistribuição, mas ao contrário, se ampliam a uma demanda por reconhecimento. Quanto a isso, Nancy Fraser (2001), uma das principais autoras a desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento nos fala das necessidades de grupos que se mobilizam em torno de bandeiras como nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. O fato dessas demandas se darem em um contexto de aprofundamento da crise econômica no centro e na periferia, agravando a condição material das classes mais baixas no espectro social, faz gerar um dilema em torno de duas necessidades presentes nesse começo de século.

Entre os autores que defendem a importância das questões em torno do reconhecimento, observamos que Axel Honneth (2015), perseguindo o objetivo de reconstruir normativamente o conceito de justiça, observa o mesmo que Fraser, quando diz que a ideia de justiça, que ganhou força na era das democracias sociais como sendo a remoção de qualquer forma de desigualdade social e econômica, parece ter sido substituída pela noção de se recuperar a dignidade e o respeito dos atores sociais. A hipótese defendida por Honneth (2007, p.80) é que essa mudança se deu pelo aumento da sensibilidade moral das sociedades como um todo, que acabou dando origem aos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de suas bandeiras em busca de uma maior dignidade e respeito. O ideal de justiça adequado para era moderna, seria aquele que encontramos em Hegel no conceito de “reconhecimento recíproco”, na qual diferentes maneiras de vida passam a ser estimadas, desenvolvendo um respeito mútuo com base num status único e igual a todas as pessoas (HONNETH, 2007 p. 82), desta forma, e analisando negativamente, temos que uma ofensa moral aconteceria quando é negado ao indivíduo o reconhecimento nas diferentes esferas de sua vida social.

Honneth, em seu livro *O direito da Liberdade* (2015), nos esclarece que todos os valores das sociedades modernas se fundem em um único valor, que é a liberdade, e para que se possa exercê-la são necessários pré-condições sociais e considerações recíprocas entre os indivíduos. Desta forma, ele busca em Hegel a ideia de que tal reconhecimento é algo que apenas pode ser alcançado satisfazendo três esferas da vida de um indivíduo. Alcançar o reconhecimento seria o mesmo que alcançar a auto-realização e para isso seria necessário satisfazer os 3 padrões de reconhecimento: 1) o padrão de reconhecimento “Amor” também chamado de “nós” das relações pessoais, 2) o padrão de reconhecimento do “direito” referente ao “nós” da vontade democrática e 3) o padrão de reconhecimento da “solidariedade” chamado por Honneth por “nós” de agir em economia de mercado, este último corresponde a estima social, na qual a sociedade reconhecendo e respeitando as funções, ocupações e estilo de vida de seus membros traria ao indivíduo a auto-estima. Desta forma, ele amplia a complexidade do conceito e diverge de Nancy Fraser, dizendo que a luta moral por reconhecimento precede as demandas redistributivas.

Em relação a esfera do amor, os indivíduos buscariam nas relações familiares, de amizade e nas relações afetivas, o suporte emocional baseado na reciprocidade, que traria ao indivíduo a estima social necessária para preencher esse primeiro padrão de reconhecimento. A autoconfiança emocional é uma pré-condição psicológica para que se alcance respeito uma vez que tornam os indivíduos capazes de serem vistos pela

comunidade como uma pessoa que possui confiança em si mesmo. (HONNETH, 2007 p. 85)

A segunda esfera de reconhecimento indispensável para que os indivíduos alcancem a autorrealização, é aquela que Axel Honneth chama de esfera do direito. Tal esfera está ligada a atuação política dos indivíduos na sociedade e por conta disso o reconhecimento voltado a ordem legal tem uma dinâmica universalizadora que resulta nas lutas e conquistas sociais históricas.(HONNETH, 2007 p. 87).

Trazendo ao debate mais um dos autores que trabalham com a questão do reconhecimento, Fabrício Maciel (2016), busca em Charles Taylor (2010), e no seu conceito de “autenticidade”, as explicações que complementam o entendimento acerca da autorrealização alcançada por meio do reconhecimento recíproco. Na visão de Maciel (2016, p. 3), no mundo moderno, cada pessoa precisa provar para si e para a sociedade que consegue oferecer alguma realização própria e que seja intersubjetivamente reconhecida como tal. Avançando com Taylor, vemos que, segundo ele, o ideal moral da cultura moderna não se realizou por completo e que sob o ponto de vista da esfera do estado?? introduzida por Honneth, os problemas apontados por Taylor como justificativa para o não alcance moral da sociedade está diretamente relacionado com essa segunda esfera de reconhecimento.

Charles Taylor fala de 3 mal-estares presentes na cultura das sociedades modernas, sendo o primeiro mal-estar o individualismo. Segundo Taylor, com a superação dos antigos horizontes morais (ordens sagradas que transcendem os indivíduos) que davam sentido à vida das pessoas antes do advento do iluminismo, ao ser substituído pela ideia centrada no “ser”, trouxe, apesar dos avanços morais, intelectuais e científicos, uma falta de significado, onde os indivíduos, agora voltados para si próprio, perderam a capacidade de ter uma visão mais abrangente do mundo por conta de estarem voltados para suas vidas.

Relacionando a problemática do individualismo presente no mundo moderno com a atuação na esfera política, percebemos que o fato de se centrar nas questões individuais faz com que os indivíduos percam o significado presente na esfera pública e se afastem de uma atuação política, levando uma vida menos preocupada com o outro e com a sociedade.(Maciel, 2016, p. 7), Desta forma, é possível ter satisfeita a segunda esfera de reconhecimento mesmo com uma atuação tímida na esfera pública ou mesmo com nenhuma atuação. Num mesmo sentido, o segundo mal-estar apresentado por Taylor complementa o primeiro e reforça o afastamento do indivíduo da esfera pública. A primazia da razão instrumental, que consiste no cálculo da aplicação mais econômica dos

meios para um determinado fim, faz com que os indivíduos coloquem numa balança o esforço que fariam para um determinado objetivo e dessa forma, como buscam o melhor custo-benefício guiado pelas necessidades individuais, acabam por reforçar o afastamento do indivíduo da esfera pública (Maciel, p. 7)

A terceira esfera de reconhecimento defendida por Honneth (2007), consiste naquela ligada a solidariedade. Os indivíduos somente alcançariam um estágio de satisfação e autoconsciência se, além de ter satisfeita sua atuação na vida amorosa e na atuação política, tiverem também conquistado o direito de exercer profissionalmente uma atividade na qual se prepararam para tal. Quanto menos valor social tiver uma ocupação na sociedade, menor será também as chances para se alcançar a autorrealização. As carreiras profissionais estão dessa forma ligadas diretamente com o status que essas profissões oferecem enquanto critério valorativo para se “quantificar” a estima social que um indivíduo têm ou necessita.

Ao analisarmos este último padrão de reconhecimento percebemos que ele está relacionado ao valor simbólico dado a cada ocupação na sociedade, o que nos leva a conclusão de que cada indivíduo está em constante busca de ser socialmente reconhecido pelos seus pares em função da atividade que exerce. Honneth (2007, p. 92) vai além e defende que “ a distribuição de bens materiais derivam do grau de estima social desfrutado pelos grupos sociais, de acordo com as hierarquias institucionalizadas de valor ou ordem normativa”. Desta forma ele nos esclarece a relação direta que existe entre o status de uma profissão e a remuneração que esta profissão oferece. A quantia que é paga a um indivíduo para exercer uma determinada atividade é fortemente influenciada pelo prestígio que esta ocupação tem. Esta conclusão nos permite perceber como redistribuição e reconhecimento andam juntos e tem importância equivalente no momento de se escolher uma profissão.

Ao analisarmos a pesquisa feita com os estudantes dos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal Fluminense (CARVALHO, 2014) a respeito de seu habitus de classe e das intenções de prosseguimento na carreira acadêmica e profissional, vimos que este grupo apesar de possuir um habitus correspondente às camadas baixas da classe média (classe C) não demonstravam intenção de seguir uma carreira profissional visando apenas as necessidades materiais imediatas. Ao contrário, dão importância significativa a obtenção de títulos de curso superior mesmo com uma conjuntura de baixa absorção de tais títulos pelo mercado de trabalho.

Cada classe possui uma *estratégia de reprodução* (Bourdieu 2007, p.122), como sendo um conjunto de práticas nas quais os indivíduos ou as famílias tendem, consciente

ou inconscientemente, a exercer, com o objetivo de conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe. Existem dois pontos fundamentais que definem tais estratégias, o primeiro relacionado ao volume do capital global que determinará a forma como o indivíduo reagirá frente as oportunidades objetivas de reprodução do grupo e em segundo lugar o estado, que é ator legitimador da estrutura social, utilizando as forças de suas instituições para definir a ordem societária entre os diferentes grupos em disputa. Logo, os instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (costumes, justiça, mercado de trabalho, escola, etc) e sua relação com o patrimônio dos diferentes grupos sociais define a estratégia e o investimento a ser feito por cada grupo.

Quanto às “estratégias de reprodução das classes” Bourdieu (2012) nos esclarece que a disputa pela ascensão social ou pela manutenção do espaço que uma classe ocupa na sociedade é determinado pelas relações de força entre os grupos. A classe dominante, detentora dos meios de produção e reprodução dos bens econômicos e simbólicos possui a prerrogativa de já ocupar o ápice da escala social e usufruir das benesses que a acumulação do seu capital econômico, cultural e social lhes proporciona. Assim como as frações de classe mais altas, as classes populares e médias também têm sua atuação determinada pelo *habitus de classe* e estipulam suas estratégias de acordo com suas necessidades coletivas. Isso não significa dizer que o grupo como um todo possui um conjunto de regras sistematizadas para definir sua trajetória, mas que cada pessoa, individualmente, pelo fato de pertencer a uma classe que ocupa determinada posição no estrato social, age de acordo com os objetivos que são comuns aos outros membros de seu grupo. A existência de indivíduos que acabam por traçar uma trajetória diferente da que se esperava sob a ótica da trajetória social de sua classe, tem um peso residual na definição e na existência indiscutível de um *habitus* coletivo.

Dentre os diferentes caminhos que se pode seguir para conquistar melhores posições na sociedade, a educação é um dos mais utilizados, tendo em vista que principalmente para as classes médias, ela é vista como forma de aquisição de habilidades e titulações necessárias para acessar nichos sociais que exigem a posse de um robusto capital simbólico e econômico. A forma como as pessoas se relacionam com o sistema escolar depende da origem social que este possui, logo, a necessidade de se tornar doutor, operário ou técnico, ou então, de se buscar uma profissão que supra as necessidades materiais em detrimento daquela que promova uma visibilidade social por conta do status que carrega, varia de acordo com as aspirações, que podem ser voltadas para o reconhecimento social, para a necessidade material, ou os dois. Tal aspiração é

determinada por uma trajetória coletiva uma vez que o agente possui, sob a forma incorporada, o *habitus* de classe.

Ao analisarmos as respostas dos estudantes dos cursos técnicos em relação a suas carreiras profissionais, percebemos que está presente a problemática em torno do dilema Redistribuição-Reconhecimento, uma vez que sob a ótica do padrão de reconhecimento “solidariedade”, os resultados nos mostram como as demandas por redistribuição estão entrelaçadas e influenciam as demandas por reconhecimento e vice e versa, sobretudo nas sociedades periféricas na qual a precariedade material estrutural e a concentração de todos os tipos de capitais mantém a maioria da população numa situação precária.

A pesquisa feita com os estudantes dos cursos técnicos do Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro, teve como objetivo investigar o *habitus* de classe dos discentes de duas modalidades de ensino médio profissionalizante, com a finalidade de saber qual a relação das modalidades de ensino médio profissionalizante com o perfil socioeconômico e cultural dos alunos. Para fins desse artigo analisaremos os dados da pesquisa para observar como as estratégias acadêmico-profissionais desses estudantes buscam atender ao mesmo tempo tanto as questões de distribuição, quais sejam as necessidades materiais para suprir elementos vitais para se viver como vestimentas, alimentação, moradia, etc, bem como suprir a necessidade por reconhecimento, ligadas ao status que um título ou uma profissão pode trazer. Quanto a isso, entendemos que os títulos dos cursos superiores e as profissões que estão a elas ligadas supririam o papel de proporcionar aos indivíduos a estima social necessária para preencher a terceira esfera de atuação que diz Honneth (2007). O título escolar além de carregar consigo um poder simbólico é também juridicamente e socialmente garantido, e sobre este ponto explica Bourdieu em “O poder simbólico” (2012, p.148) que tal título se assemelha a um título de nobreza, na medida que um nobre não é apenas reconhecido como tal apenas por ser conhecido e célebre, mas por ser reconhecido por uma instância oficial e universal. A esfera do mercado é uma dessas instâncias, que fornecem aos indivíduos o prestígio social e a sensação de pertencimento a algo maior que dá sentido à vida das pessoas. Quanto ao mundo empresarial, Fabrício Maciel (2016, p. 6), identifica em Senneth e Boltanski, a existência de um *habitus* corporativo, como sendo um conjunto de características e habilidades que os indivíduos precisam ter para que adentrem e se mantenham no mercado de trabalho. O *habitus* corporativo seria o responsável para a sustentação do discurso empresarial, onde se mantêm a farsa das relações de trabalho em equipe, usado para disfarçar as hierarquias presentes nas corporações onde gestores,

chefes, técnicos e operários passam a ser vistos como colaboradores.

A pesquisa foi realizada com os alunos de duas modalidades de ensino médio profissionalizante. A modalidade integrada consiste naquela em que o aluno cursa de forma conjunta as matérias propedêuticas, típicas do ensino médio não profissionalizante junto as disciplinas de caráter técnico. Esses dois grupos de disciplinas são parte integrante da grade da modalidade integrada de forma que o discente não tem a opção de cursar apenas a parte das disciplinas do ensino médio ou do técnico. A segunda modalidade é aquela na qual os alunos cursam apenas o ensino médio, porém com a possibilidade de cursar de forma concomitante um curso técnico separadamente. Neste formato o aluno tem a prerrogativa de se formar apenas no ensino médio ou obter dois títulos separados, um referente ao médio e outro ao técnico. A esta modalidade chamaremos de modalidade não-integrada. O objetivo de pesquisar os alunos de duas modalidades de ensino médio profissionalizante se deve ao fato de testar as hipóteses de que o ensino médio integrado ao técnico atrairia um público com um acúmulo de “capitais” menor em relação aos alunos matriculados no ensino médio não-integrado. A modalidade integrada seria mais atrativa para frações de classe que se aproximam mais das classes populares por conta da possibilidade de se formar no ensino médio e em um curso técnico de forma conjunta e num espaço de tempo mais curto. A necessidade material imediata, típica das classes populares, conduziriam esses indivíduos a terem necessariamente uma formação profissionalizante e a considerarem a formação técnica o caminho mais eficaz para conseguir um emprego. Enquanto que os alunos do ensino médio não-integrado estariam compreendidos em uma fração de classe que se aproximaria mais das classes médias, e isso os atrairia para uma modalidade que atendesse melhor suas necessidades de término do ensino médio de forma mais rápida uma vez que, sem a obrigatoriedade de se formar em um técnico, assim como no integrado, eles optariam por terminar apenas o Ensino Médio em 3 anos e desta forma utilizam a estrutura de ensino técnico federal, sem a necessidade de se tornar técnico.(CARVALHO, 2016).

Os resultados da pesquisa demonstram que o público discente do Instituto Federal Fluminense, tanto no ensino médio não-integrado como no ensino médio integrado não corresponde, em sua maioria, às camadas mais baixas do estrato social. Se analisarmos as porcentagens referente aos alunos em que a renda familiar chega a no máximo um salário-mínimo, vemos que esta corresponde a apenas 5% do número de estudantes entrevistados no ensino médio integrado e a 1% no Ensino Médio não-integrado. (CARVALHO,2016, p.92) Percebe-se também apenas diferenças sutis em relação as características sociais, econômicas e culturais, de forma que de maneira geral o habitus

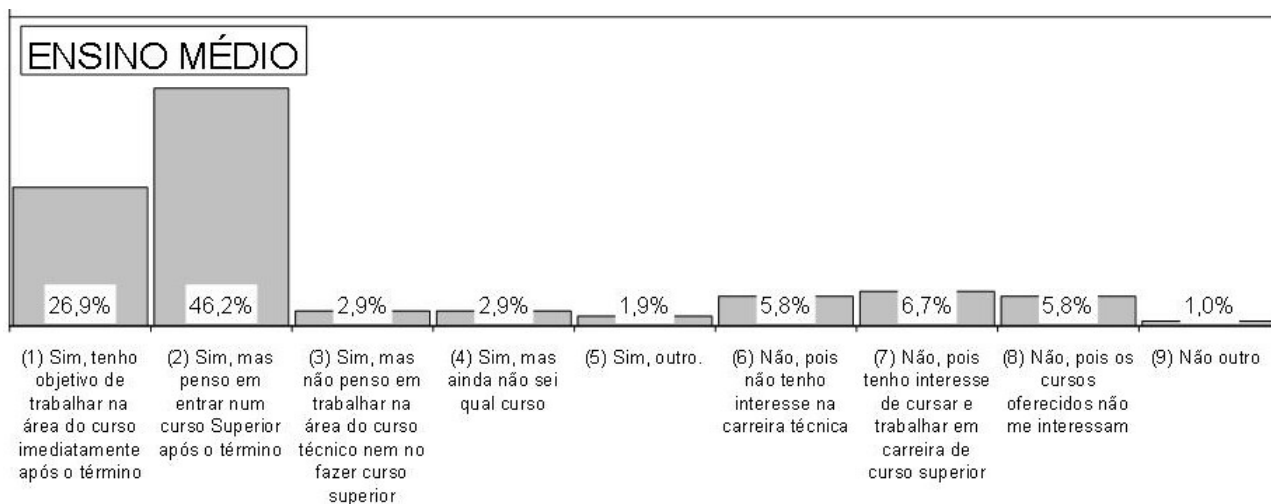
coletivo dos alunos de uma modalidade de ensino não se diferencia bruscamente dos alunos da outra. Logo, podemos, mesmo que de forma genérica, caracterizar a população de estudantes do ensino médio profissionalizante do IFF (integrado e não-integrado) como sendo pertencentes as frações de classe correspondente aos batalhadores (SOUZA, 2012), uma vez que dados como renda, condições de moradia e serviços disponíveis na vizinhança nos habilitam a fazer tal afirmação. (CARVALHO, 2016)

A faixa de renda familiar da maior porcentagem dos alunos das duas modalidades está entre 2 a 10 salários-mínimos. As famílias dos alunos da modalidade não-integrada, em sua maioria (37,5%), tem uma renda que varia entre 5 a 10 salários-mínimos, seguido de um percentual de 34,6% compreendido na faixa de renda que vai de 2 a 5 salários. No ensino médio Integrado, este panorama se inverte, estando a maioria (42,6%) compreendidos na faixa que vai de 2 a 5 salários-mínimos, seguidos de 25,7% com renda entre 5 a 10 salários. Percebemos então que, em relação aos alunos do ensino médio integrado, a maior porcentagem tem renda familiar ente 2 a 5 salários-mínimos e ao contrário, na modalidade não-integrada, a maior parte, tem renda entre 5 a 10 salários. Esses dados referentes a renda e outros relacionados a moradia, escolaridade dos pais, habito de lazer e etc (vide CARVALHO, 2016), nos possibilitam concluir que, em sua maioria, os alunos do IFF, tanto do Ensino Médio não-integrado como do ensino médio integrado, possuem características sociais similares que os colocam em uma fração de classe um pouco mais alta se comparados as condições de vida dos indivíduos pertencentes as classes populares. Apesar disto, na análise dos resultados do questionário como um todo, observamos que apesar de próximas, as porcentagens em relação aos alunos das duas modalidades, apresentam suaves diferenças que indicam a presença de alunos com uma situação social, cultural e econômica um pouco pior no ensino médio Integrado. (CARVALHO, 2016, p. 98).

Analisando as repostas dos alunos do Ensino Médio Não-integrado temos que a maior porcentagem (46,2%), quando perguntados se estão ou se estarão matriculados em algum curso técnico por meio da concomitância, responderam que sim, porém, com o interesse de entrar em um curso superior após o término. 26,9% dos alunos desta modalidade disseram ter interesse em entrar imediatamente no mercado de trabalho. Observamos então que a maior parte dos alunos desta modalidade responderam a opção que contempla tanto o interesse em ter um título de curso superior quanto em obter um diploma na carreira técnica (CARVALHO, 2016, p. 105)

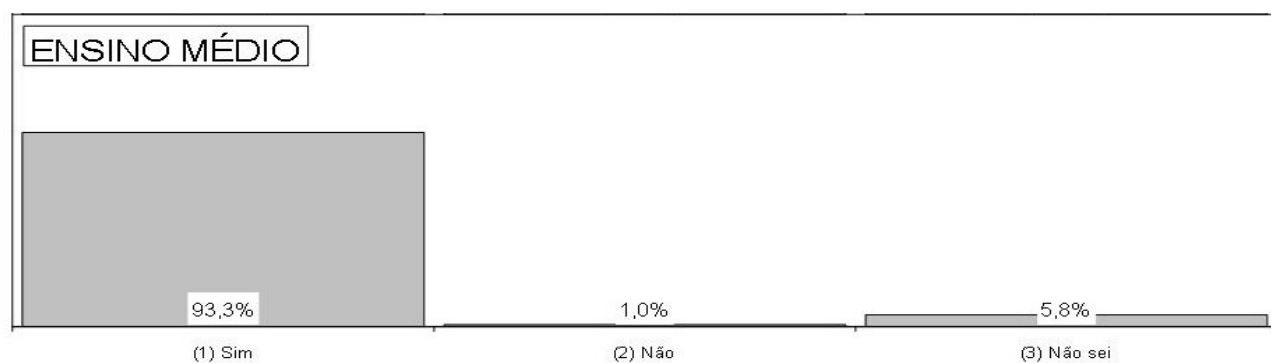
Você está ou estará matriculado em algum curso técnico oferecido pelo IFF na forma

concomitante?

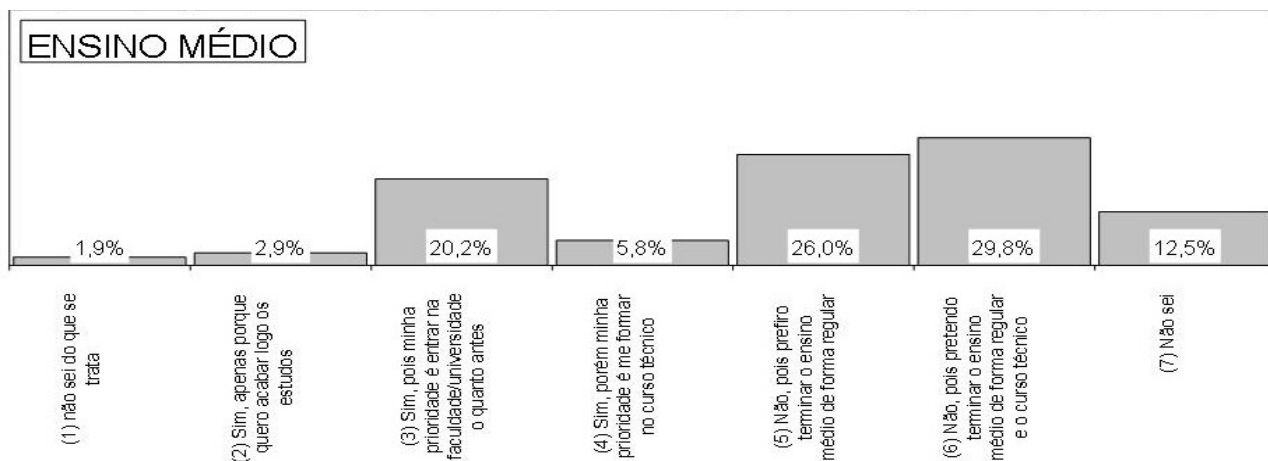


93,3% dos entrevistados desta modalidade afirmaram que prestaram ou prestarão o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal porta de entrada para a universidade, porém, apenas 20,2% sinalizaram que pretendem conseguir a certificação do ensino médio por meio do ENEM para fins de acelerar a entrada na faculdade. Ainda em relação a essa pergunta, 29,8% dos alunos disseram não ter interesse em adiantar a conclusão do ensino médio por conta de querer terminar primeiro o curso técnico concomitante. (CARVALHO,2016, p. 105)

Você fez ou fará ENEM (exame nacional do ensino médio)?

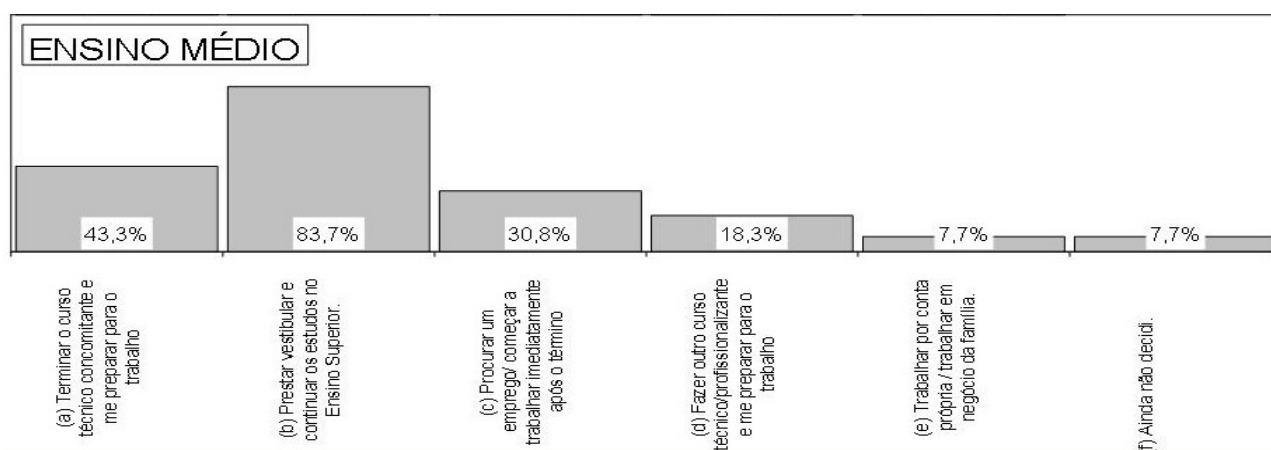


Você pretende conseguir o diploma de ensino médio pelo ENEM?



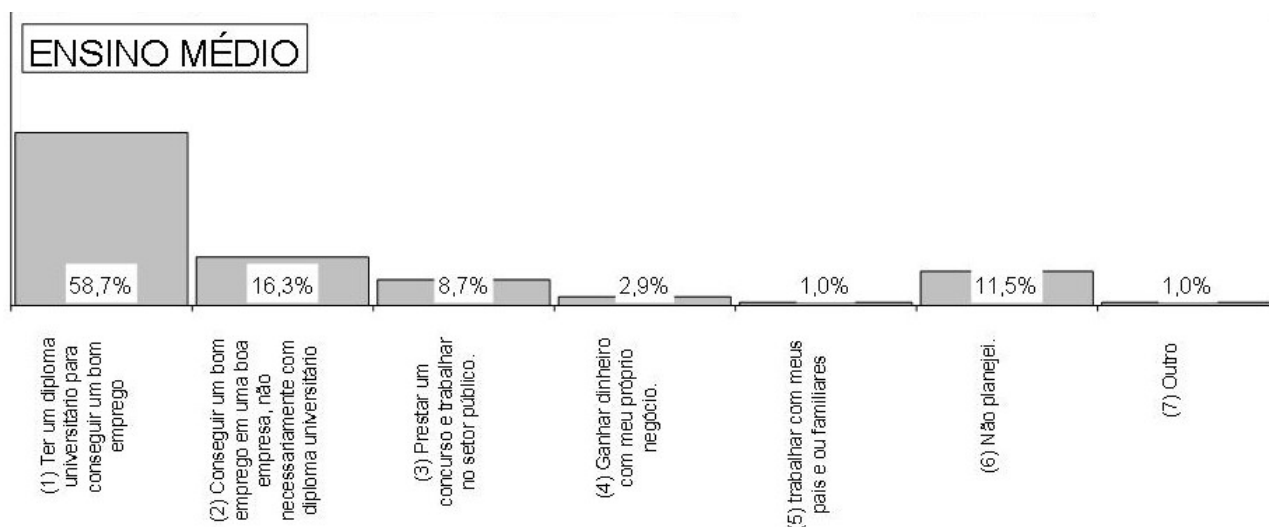
Tais resultados demonstram que, mesmo entre os alunos do Ensino Médio não-integrado, a entrada na Universidade não é consenso, o que deixa claro um interesse significativo por parte desse grupo pela formação técnica. Porém, quando perguntados pelas prioridades após o término do 2º grau, uma significativa porcentagem de 83,7% dos alunos responderam que tem dentre suas prioridades, a submissão ao exame de vestibular e continuação dos estudos no ensino superior, enquanto que um percentual mais baixo, de 43,3% disseram ter também dentre suas prioridades a entrada no mercado de trabalho. (CARVALHO,2016, p. 106)

Qual a sua prioridade(s) quando concluir/obter o certificado do Ensino Médio?



Quando a pergunta se referiu a uma projeção futura, a maior parte (58,7%) respondeu que daqui a 4 ou 5 anos gostariam de possuir um bom emprego que esteja vinculado a um diploma universitário, enquanto que apenas 16,3% desejam um bom emprego independente de ter um diploma de 3º grau. (tabela 16) (p. 107)

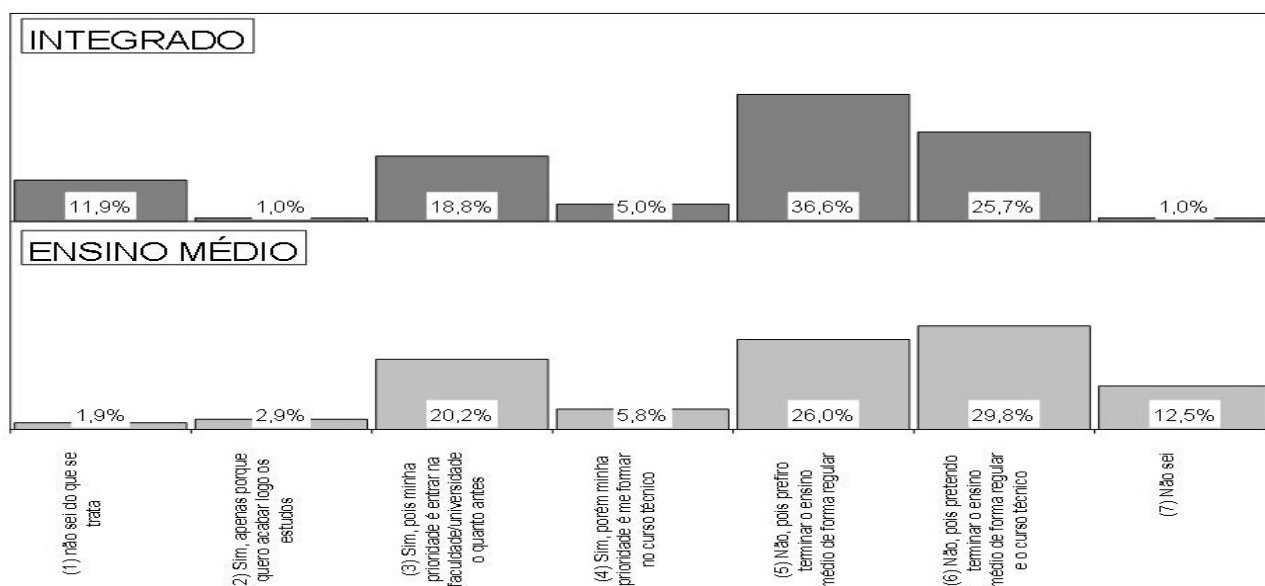
E a médio prazo, daqui a uns 4 ou 5 anos, você já planejou o que preferiria que acontecesse?



Com base nesses resultados, é possível perceber que apesar do seguimento dos estudos na universidade, uma parcela significativa desses alunos se preocupa, igualmente, em obter uma certificação técnica, destoando do que se esperava quanto ao seu habitus de classe identificado na etapa anterior. Concluímos que existe uma preocupação desses alunos em relação a busca da estima-social vinculado a um título de curso superior, porém, provavelmente por conta da conjuntura econômica a qual passa o país e especificamente a região norte-fluminense, onde a oferta de empregos na área técnica é superior a oferta das áreas de nível superior, a certificação técnica também atraiu significativamente. Apesar desses alunos verem na diplomação universitária uma maneira de aumentar seu status e de conseguir uma melhor posição na sociedade, eles não tem capital econômico suficiente para correr o risco de não conseguir trabalho ao término de um cursos superior. A formação técnica apareceria desta forma como uma segunda opção na obtenção de um emprego, caso este não se concretize por meio do diploma universitário.(CARVALHO, 2016, p. 107)

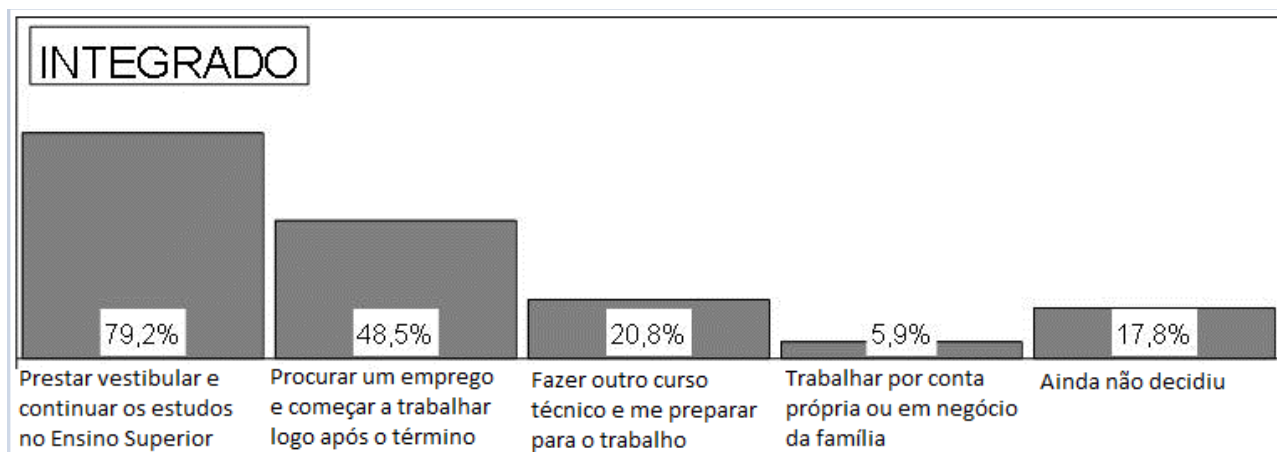
Em relação aos alunos do ensino médio integrado, 81,2% dos alunos responderam que fizeram ou farão o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Quando perguntados sobre a aquisição da certificação do ensino médio por meio do ENEM, a maior parte sinalizou a intenção de terminar primeiro o ensino médio Integrado, sendo que 25,7% disseram que não querem nem se quer ter a certificação, enquanto que 36,6% afirmaram que querem a certificação, porém pretendem terminar o ensino médio Integrado primeiro. Apenas 18,8% afirmaram querer a certificação para adiantar a entrada na universidade.

Você pretende conseguir o diploma de ensino médio pelo ENEM?

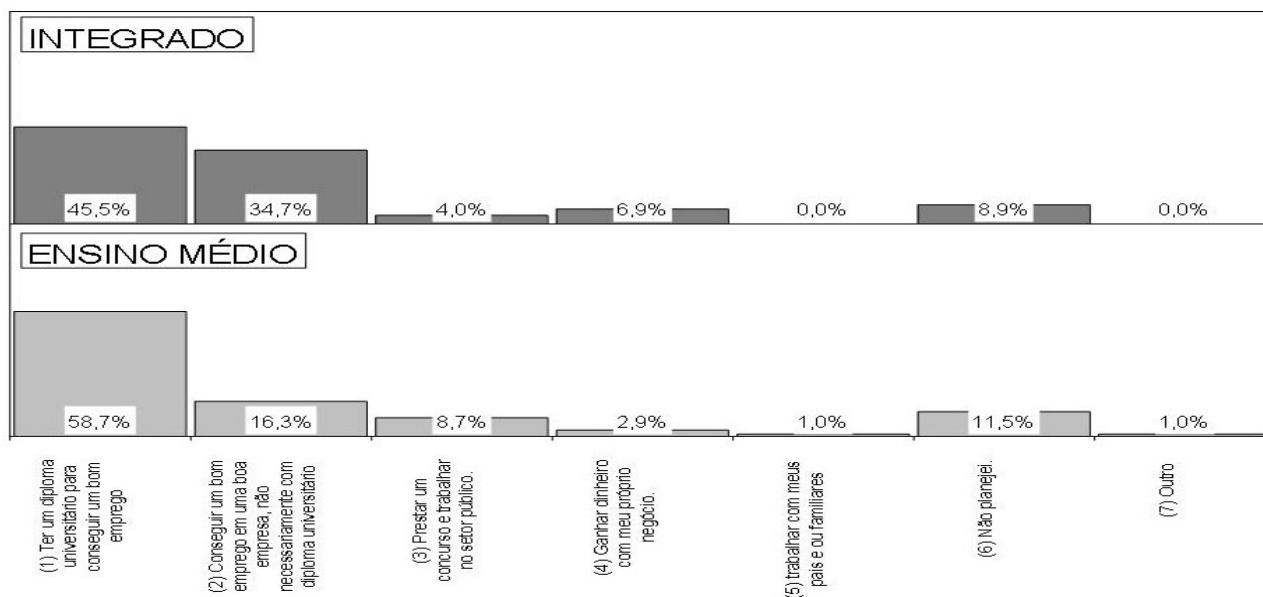


Em relação aos caminhos que os alunos seguirão após a conclusão do ensino médio integrado, 79,2% dos entrevistados disseram ter entre suas prioridades, a continuação dos estudos no ensino superior, enquanto 48,5% disseram ser também prioritário a entrada imediata no mercado de trabalho. Quando a pergunta se referia a uma projeção futura 45,5% sinalizaram querer um emprego ligado a um curso superior, enquanto 34,7% disseram querer um emprego não necessariamente ligado a carreira universitária.

Qual a prioridade quando concluir/obter o diploma de Ensino Médio Integrado?



E a médio prazo, daqui a 4 ou 5 anos, você já planejou o que preferiria que acontecesse?



Os resultados referentes as estratégias acadêmico-profissionais dos alunos do ensino médio integrado refuta, num primeiro momento, a hipótese que previa uma tendência maior desses estudantes rumo ao mercado de trabalho. Ao contrário, o que se vê, é que os alunos desse grupo, em sua maioria, assim como aqueles do ensino médio não-integrado, dão importância especial a diplomação de nível superior.

Podemos concluir que os alunos de ambas modalidades de ensino médio profissionalizante possuem habitus de classe muito similar que os coloca compreendidos nas frações baixas da classe média. Apesar de próximas, as respostas dos dois grupos referentes ao acúmulo de capital econômico e cultural (Vide CARVALHO, 2016)) demonstram que a quantidade de capitais é sutilmente maior nos alunos do ensino médio não integrado do que na modalidade integrada. Quando analisados as respostas dadas quanto a continuidade da vida acadêmico-profissional dos discentes, vimos que tanto a obtenção de uma formação técnica e a entrada mais rápida no mercado de trabalho, quanto a obtenção de um título de curso superior e a conquista de um emprego ligada a essa formação são importantes para a vida dos entrevistados. De acordo com as teorias de Bourdieu (2007) sobre as estratégias de reprodução das classes, percebemos que mesmo com similaridade do habitus dos dois grupos, o fato de o ensino médio integrado possuir um acúmulo de capitais menor que o não-integrado, influencia a trajetória acadêmico-profissional dos entrevistados, uma vez que a porcentagem dos alunos do

ensino médio integrado que privilegiam a aquisição de formação técnica e a entrada mais rápida no mercado de trabalho independente de um título de curso superior é maior, mesmo que pouco, em relação aos alunos da modalidade não-integrada. Enquanto que a porcentagem dos alunos do Integrado que priorizam a necessidade de obtenção de um título de cursos superior é menor em relação a porcentagem dos alunos do ensino médio não-integrado.

Apesar de os resultados mostrarem sutis diferenças de acúmulo de capital que influenciam as estratégias acadêmico-profissionais dos dois grupos, percebemos que em ambos existe a preocupação por parte dos alunos tanto na obtenção da formação técnica e a entrada mais rápida no mercado de trabalho quanto da formação superior, de forma que mesmo entre os alunos do Ensino médio Integrado, na qual a maior porcentagem tende a priorizar a formação técnica e a obtenção mais imediata de um emprego, a opção pela formação superior também aparece com uma porcentagem significativa, ainda que um pouco menor. Pelo lado do ensino médio não integrado o panorama se inverte, estando a maior porcentagem das respostas referentes a obtenção de um título superior, embora se perceba uma porcentagem significativa, embora menor, das respostas ligadas a obtenção da formação técnica.

Ao considerarmos que a demanda por formação técnica para fins de colocação no mercado de trabalho está ligada a uma necessidade material mais urgente, estamos dizendo que essa necessidade caracteriza na prática as demandas por uma melhor redistribuição das riquezas, por um mercado de trabalho mais justo em termos de absorção de mão de obra, dos salários e das condições de trabalho. Por outro lado, as necessidades de se obter um título de curso superior caracterizam as demandas por reconhecimento, que ao possibilitar ao indivíduo um emprego mais valorizado em relação a estima e ao status ou mesmo nos casos na qual o próprio título já carrega significativo capital simbólico, satisfaria a 3ª esfera de reconhecimento da solidariedade e da estima social. Logo, tendo em vista que os alunos de ambas as modalidades dão importância significativa as duas trajetórias acadêmico-profissionais, percebemos que as demandas por distribuição e reconhecimento são valorizadas e estão entrelaçadas, uma vez que o status que uma profissão ou um título acadêmico influencia a quantidade de remuneração que um indivíduo recebe e vice-versa. Mesmo entre os alunos que têm uma necessidade material mais imediata é possível ver presente a preocupação com o valor simbólico de ser graduado em uma diplomação universitária.

Quanto a isso, Axel Honneth (2007, p.92) diz que o padrão de estima social é o

mesmo que Nancy Fraser chama de “distribuição justa”. Honneth afirma que o estabelecimento da remuneração não é apenas baseado na produção, mas também no valor simbólico dado a cada profissão. Os dispositivos socioculturais determinam o valor das atividades de cada campo, o que vai definir também a remuneração vinculada àquela atividade. Concluímos que as demandas por redistribuição e reconhecimento estão entrelaçadas e são determinantes uma da outra. Axel Honneth (2015, p. 347), citando Polanyi, mede o fracasso do sistema capitalista não apenas pelas crises periódicas ou pela ineficiência econômica, mas também pela incapacidade de oferecer a população, uma resposta a suas reivindicações legítimas em torno de uma maior segurança de vida e reconhecimento social. concordamos com Honneth e comprovamos por meio da análise das respostas da pesquisa que a preocupação dos alunos em relação as questões materiais são tão valorizadas quanto as questões por reconhecimento.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A distinção: Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Rs: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARVALHO, Gabriel. Políticas públicas de educação profissional: Uma análise do acesso a partir do sistema de habitus. 2014. Dissertação (Mestrado em planejamento regional e gestão de cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2014.

FRASER, Nancy, “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. SOUZA, Jessé (org) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HONNETH, Axel. “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade”. SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org) Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.

HONNETH, Axel. O direito da Liberdade. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2015.

MACIEL, Fabrício. Reconhecimento e desigualdade: Da ética da autenticidade a cultura do novo capitalismo: 40 encontro nacional da ANPOCS Rio de Janeiro, Ago. 2016.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

TAYLOR, Charles, A ética da autenticidade. São Paulo: Realizações editora, 2010.